

RIO GRANDE DO SUL (ESTADO) PRESIDENTE

(FERNANDO ABBOTT)

MENSAGEM . . . 03 DE JANEIRO DE 1893

1873

Memoria representada em 3 de Janeiro
de 1873 a Assemblia da Republica
pelo Dr. Francisco Abbott (Cochingim)

Seus Representantes

Ésta a segunda vez que se
exerce as funções governativas
sobre um novo e honroso encargo
de vir a ser a palavra da nossa
república no grande mundo.
Se não fosse a situação no go-
verno provisório, me debru-
çaria a ideia da aproxima-
ção do regime constitucio-
nal do futuro, com a tutela me-
lhor sinceramente, com a
espera de chegar restaurada
a nossa grande, a nossa lei fun-
damental, durante a qual
os meus postergados
e os meus interesses a ser depon-
do a tempo a miséria que que-
rem durando a proceção da
terra desde 12 de Novembro de
1891, em que a exploração
política individualmente
do povo que dissolveu a

Promulgada em vigor a Lei de
 n.º 100 de 1.º de Agosto de 1892,
 a qual se refere ao serviço
 Técnico e especificamente ao presente
 serviço, a fim de que não se
 prejudicasse o Governo Técnico nos de-
 semprecimentos de administração.
 Por tanto o presente em que
 se trata de cada uma das funções
 e de honras da Direcção deste
 Instituto, assim como das attribui-
 ções constitucionais e de orga-
 nização do foro publico e da
 magistratura, de modo a
 ter em vista o patriotismo e a
 honra do Governo, os meios indispen-
 sáveis para a reforma dos
 serviços públicos.

Sr. Representante

Pedro dos Anjos, deputado

RIO GRANDE DO SUL (ESTADO) PRESIDENTE
(FERNANDO ABBOTT)

MENSAGEM... 21 DE JANEIRO DE 1893

Senhores Representantes,

A experiencia que me trouxe o exercicio das elevadas funções corporadas as minhas diminutas forças, e o attento exame das responsabilidades do poder publico, director de uma sociedade em momentos anormaes, determinaram minha presença perante vós propondo-vos um additamento á lei organimentaria que vos enviei em projecto.

Profundamente convencido de que a primeira e a mais importante função do governo é a manutenção da ordem publico, sem o que fallerem as garantias individuais e retardar-se todo o progresso, cogitei sobretudo, e cogito ainda, de assegurar a paz e tranquillidade do Estado, como vos referi em minha ultima mensagem.

Attendendo a necessidades de ordem relevante e consultando interesses do Tesouro Estadual, deliberou o governo

por acto n. 1408 de 21 de Dezembro proximo findo a creações de dezente corpos provisórios e um esquadra, todos de cavallaria, subordinados à Brigada Militar.

Foi meu intuito substituir por esse modo as forças civis armadas mandadas reunir em diferentes localidades, no periodo a que se refere a travessamos nos seus ultimos meses, para auxiliarem as forças federaes e do Estado na manutenção da ordem, de continuo ameaçada de perturbação pela annunciada invasão com elementos estrangeiros.

Essa providencia, que reduz sensivelmente as despesas á que está sendo obrigado o Thesouro, foi a que no momento mais conveniente pareceu.

No entretanto, como medida de caracter provisório, acarreitando as despesas

elevadas que reclamam a preterza na execução e a curta permanência, não satis-
fazem a todos as exigências de garantia e
valor militares, que se devem esperar
de corpos organizados regularmente e com
a precisa disciplina.

Estas ponderações actuaram bastante
em meu espirito, e entendi dever submeter
à vossa apreciação critica a propos-
ta de criação de mais um batalhão
para a Brigada Militar, segundo o
plano que a esta acompanha.

O novo corpo terá de receber organi-
zação e disciplina como as que já com-
põem a milícia do Estado; e a existen-
cia desse augmento de força, concor-
rendo também para trazer mais depen-
sa a tranquillidade no Rio Grande,
poderá permitir não longe dispensar
em parte ou no todo os regimentos provi-

sorias ha poues creadas.

Calcillo que com essa deliberação, sendo como é, um alvitre permanente, poder-se-á até realizar alguma diminuição na despesa a que estamos obrigados pelas circunstancias excepções da actualidade.

Prezando de adducir maiores considerações justificativas, certo de que resolvereis como a certo que caracteriza os actos dessa illustrada Assembléa.

A despesa a fazer-se, segundo indica a proposta referida, importa em 346:987,000 reis, que addicionais a cifra constante do projecto de orçamento para o exercicio corrente, já apresentado.

Como consequencia de minha proposta, e tendo em vista as necessidades da força armada pertencentes

ao Estado, considero tambem indispensavel a creação de um lugar de auditor de guerra da Brigada Militar afim de exercer as suas funções profissionais nos conselhos de guerra a que deva lugar a força estadual.

Esse funcionario devera ter a patente de capitão e os vencimentos correspondentes.

Confianco que resolvereis com a sabedoria que vos e peculiar sobre a adequação das medidas que indico, vos apresento minhas saudações.

Saude e Fraternidade.

M. Finlayson Abbott

Palacio do Governo em Porto Alegre, 21 de Janeiro de 1893.

Demonsração da despesa a fazer-se com um ba-
talhão de infantaria da Brigada Militar:

Pessoal	Importancia
1 Tenente coronel	4:800,000
1 Major fiscal	3:600,000
1 Major ajudante	3:060,000
1 Medico (capitão)	2:880,000
1 Alferes secretario	1:980,000
1 Alferes quartel mestre	1:980,000
1 Auditor de guerra (capitão)	2:880,000
4 Capitães	11:520,000
4 Tenentes	8:640,000
12 Alferes	21:600,000
1 Sargento ajudante	1:095,000
1 Sargento quartel mestre	1:095,000
1 Mestre de musica	985,500
1 Clarim-mór	620,500
12 Musicos de 1. ^a classe	6:570,000
12 Oitos de 2. ^a classe	6:132,000
6 Oitos de 3. ^a classe	2:847,000
4 1. ^{os} sargentos	3:942,000
16 2. ^{os} oitos	13:432,000
4 Furiéis	2:920,000
32 Cabos	18:688,000
304 Soldados	144:248,000
8 Clarins	4:088,000
4 Tambores	2:044,000
Expediente	1:080,000
Sardamentos	50:000,000
Armamento	14:500,000
Luzes	500,000
Transporte	337:727,000

Transporte

Transportes	337.727,000
Enteramentos, medicamentos etc	5.000.000
Utensilios	1.000.000
Limpieza	500.000
Ayudas de costo	500.000
Otros despezos	1.000.000
Total - R\$	1.250.000
	346.982.000

Palacio do governo em Porto Alegre, 21 de Janeiro
de 1893.

M. Fernando Abbott.

RIO GRANDE DO SUL (ESTADO) PRESIDENTE

(JULIO PRATES DE CASTILHOS)

MENSAGEM ... 08 DE FEVEREIRO DE 1893

INCLUI ANEXOS

1893

Srs. Representantes

Em respeito a altos interesses do Estado, confiadas pela Constituição a guarda da autoridade presidencial, cabe-me dirigir-me a vossa para o fim de solicitar a adoção de certas medidas de caracter extraordinario, que reputo urgentemente necessarias.

Antes, porém, de justificadas, que me sempre offerecer-me, obedeço o grato dever de congratular-me com vós cordialmente no momento em que estais exercendo as magaes funcoes constitucionaes que vos pertencem.

Ardua é a vossa honrada tarefa nas condições anormais em que se encontra o Rio grande do Sul; mas o vosso civismo e a vossa dedicacão ao bem publico constituem sem duvida a mais efficaz garantia do seu fiel e prompto desempenho, por mais inquietantes que sejam as difficuldades da occasião.

Quanto a mim, é reservado assegurar-vos que, no circulo das minhas attribuições, não vos faltará a mais sincera cooperacão em tudo que possa interessar aos vossos importantes trabalhos.

in
mandato novamente do mandato presiden-
cial pelo suffragio directo do electorado rio-
grandense, não é menos reservado manifes-
tar-me os intuitos que me animam no du-
plo ponto de vista politico e administrativo,
que bem se conhecereis.

Acceptando esse mandato, que assumiu aos
meus olhos as proporções de uma imposição
de honra, tomando posse do orbis e melin-
droso encargo com grande sacrificio, que
é talvez o mais custoso de todos quantos
me ha imposto o serviço da Republica e do
Rio grande do Sul, exercendo agora a di-
recção governamental do Estado com o maior
concomitamento pessoal, não modifiquei o
programma pratico da minha conduta
anterior.

Ao contrario, estou cada vez mais con-
vencido de que a actividade normal do go-
verno deve obedecer invariavelmente a im-
pedivel divisa - Conservar melhorando.

Por isso mesmo, a minha acção politica,
na elevada significação da palavra, será

tais tolerante como energica; tolerante, quanto
as opinioes e quaesquer pronunciamentos pa-
rtyficos, tolerante, isto e extremo de uma re-
nunca voluntaria do mandato para que se
effectue mais uma manifestacao livre de
cidadaos que compoem o corpo eleitoral, a
expressao de aquelles que moram no governo
e mais obsecada offendida; energica, em
que for preciso invalidar resolutamente as
arbitrariedades tentativas dos inimigos da paz
publica, energica, quando a segurança e o
ocupo da sociedade exigirem a applicacao
severa de incorporeis medidas repressivas.

Quanto a accao administrativa propria-
mente dita esta ella immediatamente subor-
dinada a preoccupacao do bem publico a fim
de que os poderes officiaes deobscam a socie-
dade em servicos utiles a communa das con-
tribuiçoes a que são obrigados os cidadãos.

Os seus caracteres gerais estao descritos
na longa exposicao de motivos de que se fez pre-
ceder a proposta de orçamento do Estado, por
minim submetida a Assemblia em Outubro

de 1871. Nesse documento, que consta dos
actos dessa illustre corporação, encontrareis
o conjunto das idéas e planos da administra-
ção em tudo que concerne á organização dos
serviços e á prevenção do trabalho e melhora-
mentos de magna importancia, dos quaes de-
pende em grande parte a prosperidade do
Estado como o meio directo de facilitar
efficazmente o seu natural desenvolvimento
economico, que em breve, se a paz tornar-se
estavel, assumirá proporções liçõesjeiras.

Feita assim a fôrma affirmativa dos
principios e intentos a que obedece o meu governo,
peço a vós o objecto desta summaria man-
agem.

Mas é mister recordar-vos os incoherentes
lastimáveis e as contristadoras peripecias que,
de surpresa em surpresa, de descalabros em
descalabros, formaram o quadro angustioso que
se contempla durante muitos mezes após
a erupção da penosa crise de Novembro de
1871 e impelliam o Estado á situação anomala
que tanto comprometter os seus altos interesses

desde o mês de Outubro.

Grandes foram os sacrificios do thesouro em
uma situação tão difficil; muito maiores, po-
rém, teriam sido, especialmente com o devido
serviço de vigilância e defesa das nossas fron-
teiras, si não houvessem precedido aos actos e
providencias governamentais, o maximo es-
crupulo e a mais intencional severidade.

Dentro de poucos dias vos enviarei o relatório
e todos os documentos officiaes concernentes
aos despesas da administração desde 17 de Junho
até 31 de Dezembro de 1892 e fim de que, na fór-
ma da Constituição, fiquem habilitados a
exercer uma das rotas mais importantes
atribuidas.

Devo agora limitar-me a apresentar-vos o
quadro annexo, no qual estão comprehendidos os
actuaes compromissos do Estado.

Verificáreis desse documento que o augmento
da nossa dívida, de 17 de Junho de 1892 a 29 de
Janeiro do corrente anno, foy de 893:1000000 rs.,
importancia que despendeu o governo para fazer
face a todas as exigencias extraordinarias da

segurança pública, que surgiram durante esse período excepcional.

Verificamos também que a ditadura da que foi vítima o Rio Grande do Sul, de Novembro de 1891 a Junho de 1892, effectou um augmento de 505:364000 rs. O estajo dos legitimismos expostos parece indicar, à primeira vista, que foi mais obvio na applicação dos dinheiros publicos o governo dictatorial. Mas, para dissipar falsas apparencias, é bastante observar que esse governo não teve de debellar ameaças de invasão do nosso territorio, nem se achou em face de obstaculos semelhantes aos que háo embaraçado incessantemente os governos do governo constitucional, salvo em momentos extremos da sua queda inevitavel; é bastante observar tambem que tão fructiva dictadura, para manter-se durante sete mezes, despendeu mais de 800:000000 rs. pertencentes aos cofres da União. Verificando infim que, longe de ser desanimador, é relativamente satisfactorio o

algarismos a que obedem os compromissos do the-
zouro, attenta a excepção validade das con-
dições em que infelizmente se tem achado o Rio
Grande do Sul.

Logo posto, deve ponderar-se que, ao assumir
o governo das finanças presidenciaes, não
potaram extintitas ou removidas as grandes
dificuldades a que acima alludi, as quaes
ainda subsistem, embora em tanto modificadas.
Encarando-as serenamente, e apuro superal-as com
brevetempo, com prudencia bem aplicada, sem prejuizo
da presteza da accção, com tolerancia longanimes,
sem pretensões de energia reflectida e profusa, com
solidade systematica alliada a uma actividade
resoluta.

Mas, para lograr a realisação de todos os ditos
objectivos, o governo deve estar aparelhado de meios
bastante seguros e amplios, de sorte que possa agir
com desemboço ante quaesquer eventualidades.

Por um lado é indispensavel que o thesorinho
Estadual disponha de recursos immediatos que lhe per-
mittam acudir promptamente a necessidades de urgencia
inadiavel, de modo que não sofram o servico da admi-

nistradas e especialmente o da segurança da ordem material, que deve onerar todos os sacrificios.

Por outro lado é da maxima conveniencia consolidar a divida pública fluctuante, que se eleva á somma de 2.76:180.000 rs., para que o governo, liberto da preocupação que ameaça a existencia de grande quantidade de títulos pagáveis a cada momento, possa encaminhar os negocios do Estado e collocal-os em condições de estabilidade.

Quando se unida, sob o regimen republicano no Rio Grande do Sul, torna-se necessario agraum governo tão forte quanto responsavel para segurança da propria sociedade, e sob os interesses fundamentais e de alto enjeto, é uma grande.

Atuando pelas considerações expostas e tendo em vista compromissos existentes, sendo pedir-se autorisação:

- 1.º para effectuar um empréstimo até a quantia de 500.000.000 rs., emittindo apólicas ao par e ao juro maximo de 7%, pagavel semestralmente;
- 2.º para consolidar a divida fluctuante do Estado, mediante emissão de apólicas ao par e ao juro maximo de 7%, pagavel nas mesmas condições.

e cujos funestos effectos ainda perduram deploravelmente.

Com a certeza de que esses meios, que determinaram de modo inevitável o legítimo movimento revolucionário do passado, não se deviam para re-instalá-los do domínio da lei, que fora de orbita substituída pelos caprichos de uma ditadura desordenada.

Julgando-me por isso dispensado de fazer aqui a triste rememoração de tais ocorrências, limito-me a assignalar que ellas deram origem á imperiosa necessidade de medidas extraordinárias, não só para ser restaurado em todo o seu rigor o regimen da Constituição, como principalmente para ser assegurada com efficacia a manutenção da ordem, constantemente ameaçada por aquellas mesmas facções que, depois de terem espolhado por toda a parte a anarquia e promovido a ruína do Estado, abandonaram sem resistência a sua a tirania que tinham usurpado e foram harir-se para terra estrangeira os recursos incanficáveis em que confiam para recuperar, pela

violência assassina e pelo crime sem atenuantes, o gesto que não souberam e não puderam conceber.

Acresce de mais a despeza de ser reproduzido aqui o que vos communiquei o mês illustre anterior na mensagem que vos dirigiu. Eis as suas nobres palavras:

« Em face de uma constante ameaça foi a administração obrigada a manter reunidas as forças para auxiliar o exercito na defesa de qualquer incursão pela nossa extensíssima linha de fronteira.

« Recentemente, com o fim de melhorar a regularidade das reuniões armadas, foi determinada a organização de corpos provisórios subordinados à brigada militar do Estado e com sede em pontos convenientes.

« Bem pôdeis avaliar quanto a penosa e sacrificadora ordem social, politica e economica tem imposto ao Rio Grande os projectos de invasão, promovida por alguns, que não acreditam nos resultados desta, mas que pretendem trazer perturbados os espiritos incautos

e baralhadas todas as relações da sociedade rio-grandense.

«Esta realmente a caracteristica que as difficuldades com que temos lutado e as que ainda se nos antolham, sejam devidas a filhos deste Estado, a quem o governo republicano, com sacrificio humano proprio, ha facultado todos os meios honestos de participacao directa nos negocios publicos.

«A impatriotica agitacao a que me tenho referido, impondo a necessidade de trajes armados e vigilantes na guarda de nossas fronteiras continentares de cidadãos, peca enormemente sobre o thesouro do Estado, que está sendo sobreavrepuado de exorbitantes despezas com a manutenção da ordem publica.

«Ja' o restabelecimento da ordem constitucional trouxera tambem certa somma de sacrificios pecuniarios, que tem sido cobrados com o maior escrupulo, para o que instituiu-se uma commissão revisora das contas.

«Os pagamentos tem sido autorizados mediante quitações ex parte, e algumas reclama-

Esso, sem a justificação completa que se requer,
ser-vos-ão presentes, para que las approveis e
resolvais com o criterio que vos distingue.

« Posso affirmar-vos que, diante de uma
situação cheia de difficuldades, e cuja respon-
sabilidade pertence exclusivamente ao Govern-
arior que emigraram para terra estrangeira
sem trazer alguma justificação, o governo
procurou assegurar a ordem no interior e
preparar a defesa das fronteiras ameaçadas,
fazendo uso discreto da honrosa autorização
de que o habilitou a Assembléa dos Represen-
tantes em sua ultima reunião! »

Como vides, as explicações de meu honrado
antecessor deixam bem claro que os governos,
apesar da boa vontade e das boas nobres
intencões, inspiradas no sentimento de con-
cordia, não foi possível impedir o advento das
deploráveis circumstancias, que lhe impuzeram
a necessidade de effectuar acultadas despesas
para acantelar a ordem material em todo o Estado
e até mesmo a inviolabilidade do territorio
rio-grandense, posto sob permanente ameaça.

Lançados o empréstimo por meio de obrigações
públicas, é possível que a importância
que for onbuepta exceda aquella comuna.
Na previsão desta circumstancia, entendo de-
ver ponderar-se que será conveniente autorizar
depo o governo a aceitar o excesso para capti-
var exclusivamente no resgate de titulos da
divida flutuante. Si assim resolveo, penso que maiores serao as facilidades pro-
porcionadas ao governo.

Penso sei que a lei por vós decretada em 3
de Janeiro do corrente anno, mandando conti-
nuar em vigor a de 1.º de Agosto de 1892, autori-
sa o governo a realisar todas as operações de
credito para occorrer a deficiencia da renda,
mantendo o credito do Estado e operaria conser-
vando da divida flutuante. Mas, estando re-
unida a Assemblia dos Representantes, entendo
que não devia usar de tal autorizacao expressa
sem pedir uma ratificacao o volume do mes-
simo decreto, em respeito a sacrosantos impe-
dimentos e a grande responsabilidade que cabe
tanto a vós como a mim.

Srs. Representantes. Apresentando-me
as minhas saudações cordiais, asseguro
vos que a consciência do dever, o
amor ao Rio Grande do Sul e o desinteresse
pela causa da República são a fonte das
inspirações que me guiam no exer-
cício do governo, para corresponder ao-
sim a vossa confiança e à de meus
conciudadãos.

Saudes e fraternidade.

Palácio do governo, em Porto Alegre 8
de Fevereiro de 1873.

Julio Prates de Castello
Presidente do Estado

Dívida do Estado

Em 13 de Setembro de 1891
Em 14 de Junho de 1892

5.611.439.818

5.817.803.818

Aumentos

206.364.000

Proveniência dos aumentos:

Emissões de títulos 266.614.000

Resgate de títulos 47.250.000

Indemnização a depositos 13.000.000 60.250.000

206.364.000

De 1^o de Junho de 1892 até hoje a dívida teve um aumento de

893.100.000

proveniente das seguintes operações:

Emissões de títulos 1.704.500.000

Emissões de apólices 344.000.000

2.048.500.000

Resgate de títulos 370.400.000

Resgate de letras 300.000.000

Resgate de apólices 85.000.000 1.554.000.000

893.100.000

A dívida actual é de 6.710.903.818

em emittas das seguintes espécies:

Apólices do eaz 6% 810.321.818

" de apólices, termo 5,6% 344.000.000

" (casos de conclusão) 6% 52.000.000

" S. G. Gerais, 6% 474.900.000

" (empréstimos de 1881) 6% 1.757.500.000

" (entrouda da Laguna) 5% 126.000.000

" (seguranca publica) 5% 344.000.000

3.905.421.818

Títulos de credito 6 1/2% 2.706.182.000

6.611.903.818

Empréstimos de depositos 99.000.000

6.710.903.818

Directoria da Realidade

Directoria dos rendas e despesas publicas 27 de Janeiro de 1893

João Pinto Bandeira
1.º official
Dito
Antonio

RIO GRANDE DO SUL (ESTADO) PRESIDENTE

(JULIO PRARES DE CASTILHOS)

MENSAGEM ... 16 DE FEVEREIRO DE 1893

Sp. Representantes:

No desempenho das duvidas de meu
 estado anímico, por forçado a vir ocupar lugar,
 ainda que necessariamente, a vossa ^{boa} atenção, mel-
 taria, neste momento para a execução do programa
 de la receita, no exercício corrente.

Considerando o projeto, que vos foi en-
 viado por meu illustre antecessor, e o parecer que
 atualmente é objeto de vossas cogitações, reparo
 que a Tabella n. 8 pertencente para a Secretaria de
 Policia (passos e material) a quantia de
 \$5.500,00, que é de todo ponto insufficiente.

Esabei que terá de ser dada em diante
 homenagem ao serviços das autoridades policiaes,
 sem o que se tornaria talvez absolutamente impossivel
 se encontrar pessoal apto e disciplinado para os
 serviços, que exigem a constante actividade e inter-
 se contraccões das que se accrescem.

Exento indispensavel o augmento de \$20.000,00
 na vossa penultima, ficando assim o poder pu-
 blico habilitado a organizar o serviço policial
 nas condições exigidas pelas circunstancias espe-

circa do novo Estado.

Também se deve prever a alteração do Estado
muito presente a saúde pública, para a compensação
de serviços que se têm de ser remunerados pelo
Estado, inspecção de higiene em matéria de apresentação de

Opõe-se de um aumento de serviços a ser
para ser feita com mais aplicação ao pagamento
e publicação dos subsídios e a criação de um
inspecção, aparelhos que estão a ser feitos em
para a saúde pública a respeito de meios de
de, a inspecção de um laboratório clínico,
que se presta à análise de elementos orgânicos
que outras substâncias suscitadas em prejuízo
a saúde pública, agrupando-se-lhe dentro de
microscopia para exames bacteriológicos.

O primeiro far-se-ão as pesquisas, as
legais, serviços que aqui tem sido até agora
completamente sacrificados, em detrimento dos in-
teresses da justiça.

Opõe-se, que será, constituído de um plano
médico prático, um fagocita e dois cirurgiões,

divisões de trabalho e pelo adiunção de inspectores
supra-se e também nas sciencias em homi-
sidos, serviços até agora deficientes, porém que tem
concomitadas muitas e outras no futuro.

Este laboratório pratico já está ser apossado
como pessoa pharmacia, onde se preparam os me-
dicamentos de lazareto e mesmo os da Cruzada abri-
tados, e a sua necessidade de hospital para
tratamento dos doentes enfermos, que são actual-
mente precisadas ao de Santa Casa de Misericor-
dia, onde não ha sala especial para inferiores.

Cada uma das fornece igualmente as am-
bulancias de que houver necessidade, as qual-
des de elevado custo e ficam depois perdidas por
falta de pessoal para, realisa-las.

Para isso que se refere com o laboratório mi-
cro bacteriologico e o pagamento das uti-
lidades e a pulverisadores está creada com 33.700\$000,00, das
contas, porém, que augmentes a verba em 20.000\$000,00
já que houver a economia no lazareto existente,

RIO GRANDE DO SUL (ESTADO) PRESIDENTE

(JULIO PRATES DE CASTILHOS)

MENSAGEM ... 07 DE NOVEMBRO DE 1893

Mr. Representante.

Logo depois da investidura do cargo que ocupo, dirigindo-me a palavra sobre assumptos de ordem administrativa, preannunciei a minha exposição com succintos conceitos de caracter politico, dos quaes destacao os seguintes:

Investido novamente do mandato presidencial pelo suffragio directo do electorado rio-grandense, e esmerado manifestar-lhe os intuitos que me animam no duplo ponto de vista politico e administrativo, pois que bem se conheceis.

Acertando esse mandato, que assim me dá o meu olhar as preferencias de uma imposicao de honra, tornando posse do orbis e melindoso encargo com grande sacrificio, que é tolher o maior custo de todos quantos me ha imposto o exercicio da Republica e do Rio Grande do Sul, não modifiquei o pro-

gramma pratica da minha conduta anterior.

• Ao contrario, estou cada vez mais convencido de que a actividade normal do governo deve obedecer invariavelmente a inepedial' d'irica - Conservar melhorando -

• Por isso mesmo, a minha accao politica, na elevada significação da palavra, sera tão tolerante como energica. Tolerante, quanto ás opiniões e quaesquer pronunciamentos pacificos; tolerante, até o extremo de uma renuncia voluntaria do mandato, para que se effectue mais a manifestação livre dos cidadãos. que compõem o corpo eleitoral, e a pazimento daquelle que movem ao governo a mais obcecada opposição. Energica, sempre que for preciso invalidar resolutamente as criminosas tentativas

serviço único da praça pública; enérgica,
quanto a equidade e o desejo da
sociedade exigirem a aplicação de
sua de medidas repressivas.

Estas palavras, ditas a um
tempo pelo sentimento da consciência
social e pela nitida responsabilidade
de consciências representadas do
poder público, esboçaram um pro-
pósito e sincero plano de governo, ex-
primiam a nobre preocupação de
solução de pendências políticas em
os condimentos processos da vio-
lência social e odiosa, significaram
o seu desejo de firmar uma pra-
za duradoura e feliz na nação da fa-
mília brasileira.

Assim, faziam em; em síntese,
como de propósito da fundação go-
vernativa; um programa com
vários pontos de legitimidade significados

vocabulo, um programma aconselhador da autoridade com a liberdade, cotu- rados de paz e moderação, com odien- tas paixões e com visões preconcebidas.

Assim indesejava mais uma vez, a bem da ordem material e do sossego do Rio Grande do Sul, um desci- sivo apello aos agitadores políticos que, sob a phantasia da denomina- ção de federalistas, estavam aggre- miando em país estrangeiro recursos de leteiros com que intentavam embaquecar o nosso territorio.

Mas infelizmente esse plano de acção governamental, racional e exemplar, foi de todo desatendido, menosprezado mesmo pelos chefes da facção opposicionista. Esse apello, tão universal quanto patriótico, envolvendo compromissos formais de uma renúncia de mandatos

para preparar outra consulta ao affa-
go popular, foi absolutamente repul-
são, sem exame, sem nenhuma jus-
tificativa, sem a minima explica-
ção, por aquelles mesmos que procla-
mavam estar amparados na gran-
de maioria da população rio-grandense.

Uma tal repulsa, denotando obsti-
nação desvarada, deixou claro, evi-
dente, indubitavel que estava engen-
drado um plano sinistro de violenta
usurpação do governo, substituindo a
o voto livre do cidadão pela infla-
ção da balha fratricida, os comícios
populares pelos acampamentos bel-
licos, a increments demonstradas
do electorado pelas atrocias de cargas
dos fuzis mortiferos, a victoria pa-
cifica dos secundarios pleitos civis
pelo exito invidual das emboscadas
sangrentas.

Fornou-se também patente que no
amago desse conluio abominavel
existia uma preocupação viva
sobre o regresso do regimen dynas-
tico, comprovada pelas conhecidas
expressões com que o director es-
piritual dos affectos marceiros
accentuava a necessidade de uma
consulta plebiscitaria, ao juiz acer-
ca da mais conveniente forma
de governo.

Diqum portanto convenido de
que brasileiros de naturados, confi-
antes na alliciação de elementos
estranhos á nossa nacionalidade,
traziam do exterior a guerra brutal
faca, sanguinolenta ao solo rio-
grandense, escolhida para theatre
das primeiras tentativas contra a
estabilidade da Republica.

Decorrido pouco tempo, foi o Rio

Grande do Sul invadido por numerosos
bandos armados, filhos do Estado Ori-
ental.

A invasão abriu o período escura-
do, tenebroso, fatal que desde prin-
cipios do mes de Fevereiro tem esvaziado
a nossa terra, victimada por innum-
meras calamidades, comprometendo
ráe da sua existencia normal, do
seu progresso e da sua felicidade.

O governo apparelhou com de-
moraos elementos de fora que de-
tiam obstar a marcha das hordas
invasoras, multiplicando a sua
actividade com pomposo aparato,
chamando ás armas as cidadãos
republicanos, que por toda a parte
ocuparam seu posto de honra, em-
pregando todas as medidas de defesa
e segurança exigidas pelas circum-
stancias extraordinarias que ha-

viam surgido.

A seu turno o Governo da União, na fiel observância do artigo 6.º da Constituição Federal, interveiu prontamente, mobilizando as forças do exercito contra a invasão, prestando com inextinguível solicitude outros auxilios da maior valia.

Nunca serão bastantes os justos louvores devidos ao heremico Marechal Floriano Peixoto que, com magistral previdencia e insigne patriotismo, soube observar o espirito e o objectivo final da invasão e offerecer ao governo do Estado todas as demonstrações de plena solidariedade no supremo ponto de vista da defesa da Republica, confiada principalmente á sua guarda exemplar.

As prajatas e leaes forças legaes

teriam abafado no nascedouro o movimento rebelde, se a conduta dos invasores houvesse correspondido ás expectativas e fomentadas por elhações de seu cabecilhas, quando se a anunciaram libertados do nosso territorio.

Intadiram o Rio Grande do Sul não para vencerem com honra ou serem sobremente vencidos, em uma luta digna, séria, leal, a jeito de coberto, para a paz, mas sim para fazerem a guerra das emboscadas perfidas, das correrias devastadoras, das ameaças orbitas seguidas de fugas precipitadas, a guerra da rapina insidiosa, da depredação aviltante, do assassinato traiçoeiro.

Not obstante, as armas republicanas têm alcançado victorias

brilhante e immaculada, que offuscam
os ephemeros successos parciais
conseguidos de surpresa pelos revol-
tuosos. Entre ellas salienta-se o
grande feito das forças leaes quando
realizado na occasião em que for-
çaram os invasores a fugirem para
o paiz vizinho. É certo que estes
voltaram ao nosso Estado, mas vieram
enfraquecidos, com as fileiras rare-
feitas e desalentadas.

Sempre em correrias, sempre fugitivos,
os inimigos da paz publica têm con-
seguido prolongar a devastadora guerra
cuja funesta consequencia podiam
perfeitamente avaliar. Mas julgo-
me autorizado a assegurar-vos que
ella está na sua phase final e que em
breve será restituída á nossa terra
a tranquillidade de que tanto carece.
Na Capital Federal sublevar-se

uma parte da esquadra, capitaneada
pelo contra-almirante Custódio de
Albuquerque, que, como sabeis, intencionou o seu
Presidente da Republica a abandonar
o seu cargo. Mas o Marechal Floriano
Peixoto, plenamente apoiado
pelo Congresso Nacional e pelos governos
dos Estados, dispõe de todas as for-
ças da terra, que se comprometem exem-
plivamente fies aos governos consti-
tucionais e ás instituições, abastados
pelas aclamações entusiasticas
do puz inteiro, - mantem-se firme
e sereno na sua posição de honra
e salvação, qualiquier que sejam as
difficuldades, o regimen republi-
cano e a honra da Patria.

Senhores Representantes. Em nome
meu especial, que vos será enviada
com a hora, referei esta a situa-
ção dos negocios administrativos

e o meu parlamento sobre a lei organica
teria que deve reger o futuro exercicio,
na forma da disposicao constituio-
nal.

Apresento-lhe as minhas cordias
saudações, congratulando-me comtudo
pela reunião da Assembléa e ase-
gurando-lhe a sinceridade da minha
cooperacao para o desempenho da
tarefa importante.

Saudes e fraternidade.

Palacio do Governo em Porto Alegre
7 de Novembro de 1893.

Julio Prates de Castilho.

RIO GRANDE DE SUL (ESTADO) PRESIDENTE

(JULIO PRATES DE CASTILHOS)

MENSAGEM ... 09 DE NOVEMBRO DE 1893

Seus Representantes.

O Excmo. Sr. Representante do Estado de Pernambuco

11-11-93. Recife, Pernambuco

Na mensagem que vos dirigei por ocasião de se installar a Assembléa, expus o conjunto dos successos que determinaram a actual situação do Estado, delineando tambem os caracteres geraes que esta apresenta.

Cabe-me agora falar-me sobre os pontos administrativos e submeter a vossa judiciosa apreciação o meu pensamento sobre a lei organica que deve reger o proximo exercicio financeiro.

As circumstancias extraordinarias em que se encontra o Estado desde o meo de Fevereiro não podem deixar de influir muito prejudicialmente sobre a marcha da administração publica, como bem comprehendereis.

Tomando a feição de uma cruenta luta interna, a guerra que nos trou-

eram as invasões de novos territórios
foi produzindo desde logo numerosos
malos, cujas consequências conseqüen-
cias generalizaram-se facilmente,
afectando a estabilidade das re-
lações económicas e de preciosos
interesses sociais.

Os serviços existentes, mesmo os
mais simples, foram profundamente
perturbados no seu funcionamento.
Outros, cuja criação estava projecta-
da, deixaram de ser instituídos, atten-
ta a impossibilidade material veri-
ficada nas condições anormais que
pararam a acção administrativa.

Acresce que as poder públicas,
obrigadas a acatilhar por todos os
meios a defesa social, tendo a sua
atenção quasi inteiramente absor-
vida pelas grandes cidades atien-
tes à representação dos movimentos

bellias, não foi possível consagrar o
 melhor do seu tempo e da sua activi-
 dade aos famosos trabalhos de cara-
 cter civil, ob. pena de deixar em
 risco imminente as importantes
 garantias e primordiais interesses
 da comunidade no grande.

Porém, o governo fez tudo quanto
 pôde, não lhe faltando em esforços
 e solícitude o que lhe tem sobrado
 em outros tempos e dificuldades. Em
 a propósito observar que não é muito
 comum o exemplo de um governo
 que, em face de uma opposição ar-
 mata, a que as circunstâncias de
 ramo aspecto de uma guerra civil,
 consegue a um tempo contrariar as
 agressões a acção effeica e man-
 ter ininterrupta, com objectos de
 continuidade, a vida da administra-
 ção, provido quanto possível todas

as necessidades e conveniências. Em
taes circumstancias não seria
estranhavel que a anomalia pen-
etrasse em todos os ramos do serviço
publico, saltando por sobre os pre-
citos normaes que o regulam,
e paralyçando por algum tempo o
seu mechanismo.

Nos relatorios dos Secretarios
do Estado, agora sujeitos ao nosso
exame, encontramos expozições
detalhadas de todos os abusos, a
qual nos ministrará abundantes
dados para formarmos de um juizo
seguro e imparcial quanto que, si o
governo por insuperavel impedi-
mento não effectuar reformas po-
sitivas, não introduzirá uteis im-
provas, não terá a effecto uma re-
organização completa e satisfac-
tória, adoptou os costumes de inícia

times e os alíquotas que a occorrida
lhe permittiu.

Nos serviços dependentes da Se-
cretaria do Interior poucas modifi-
cações foram effectuadas, apezar de
que muitas exigem relevantes me-
lhoramentos.

Estão em projecto diversas re-
formas e a instituição de novos ser-
viços, que são necessários, concer-
nentes á instrução publica, hy-
giene e outros assumptos. Dispensar-
me, porém, de fazer a respectiva
menção por se sou o primeiro a
constatar que a penosa escassez
validade das presentes condições do
Estado, oriundas da invasão de-
placamente criminosa, não permite
o augmento do dispendio dos estabe-
limentos publicos, embora este corres-
ponda á mais palpitante utilidade

real. Tanto são as despesas exigidas
pela necessidade de offor inen-
cíveis dignas a essa lutuosa alu-
ria de odios, de ambições, de ultra-
jes e crimes, mal disfarçada sob
o título de revoluções! Tanto são
os máficiosos traídos por essa ris-
lanta enchurrada que, sob o pos-
tuo nome de movimento liberta-
dor, arrastam no seu curso todos os
retrictos da invidual aspiração
monarchica, misturados com as
feras do despeito dos aventureiros!

Os serviços pertencentes á Secre-
taria das Obras Publicas tem
funcionado normalmente. Foram
concluidas diversas obras de real
proeito, estando em andamento
regular outras que se são iniciando.
A desobstrução dos canais
interiores tem acompanhado o governo

cuidador especial. Tomando a seu cargo esse serviço, que estava affecto ao 6.º distrito marítimo, no meo uma commissão incumbida de estudar os alludidos canaes, a qual, apesar de estarem creados pela senivel deficiencia do indispensavel material naval, levou a cabo a obra tarefa.

Estos terminados os estudos relativos aos canaes do Sangradoiro e do Canjussu; em breve serao alludidos os que se referem aos canaes do Guahyba. Em Canjussu emprender-se o trabalho de dragagem provisoria, que foi suspenso por falta absoluta de material necessario, como batelões de transporte.

Quando se completarem os estudos, impôr-se-a ao governo a necessidade de intensificar a realisacao da tarefa.

obras, tão importantes quanto urgentes.

A sua execução se tornará mais fácil e prompta, sem nenhum onus para o Tesouro, si foi contractada com particulares, mediante concessão pública, tendo esta por base os estudos feitos pela administração e consignando a cláusula essencial de poderem os executores arrecadar taxas especiais, cujo máximo será também fixado entre as condições offerecidas aos concorrentes.

Está alvita, e não obstante estas acimas de qualper duvida, depende da vossa autorização expressa, si a concessão, o empreendimento daquellas obras poderá ser em base a uma promissora realidade.

Melhorar as condições de navegabilidade dos rios e rios e rios é também uma das mais

5

constantes preoccupações da minha
administração. Na exposição de
motivos ^{com} que justifiquei a proposta de
organização que dirigia a Assem-
bléa em 1854, quando exercei pela
primeira vez a presidência do Es-
tado, já demonstrava eu a neces-
sidade da adopção de um plano admi-
nistrativo para melhor aproveita-
mento das nossas numerosas rias
fluviais, que haviam sido sempre
reservadas pelo poder publico. Por
isso mesmo, a propósito de uma peti-
ção concernente ao melhoramento
e exploração da navegabilidade
do rio Taquary, o governo deter-
minou que fosse aberta concor-
rência publica no sentido da con-
cessão solicitada, estimulando assim
o espirito de iniciativa e promovendo
um comprometimento de immediato

alcançar economias, sem novos com-
promissos para o Tesouro.

Fendo em vista o crescente des-
envolvimento da região colonial
e esforçando-se por augmentar as
suas vias de communicação, o
governo reconheceu a necessidade
de construir uma linha telegraphica
que a ligue á Capital do Estado e
facilite ainda mais as suas rela-
ções commerciaes, o que satisfará
o justo reclamo da laboriosa po-
pulação que ali habita e produzirá
innumerables vantagens. Essa con-
strução já foi estudada e creada,
sendo seu custo total de cerca de
60:000\$000 rs., podendo ser levada
a effeito para o anno vindouro por
conta da verba destinada a obras
publicas.

No relatório do Secretario da Ca-

- contra colheita todos os dados sobre
 as rendas e despesas publicas. O
 seu exame minucioso torna evidente
 que, si não houvesse levados so-
 bre a nossa terra a calamidade
 da luta sangrenta, com todas as
 suas maléficas consequências, seria
 mais que muito animadora a si-
 tuação financeira do Estado e o equi-
 líbrio orçamentario representaria
 um brilhante resultado do nosso
 regimen constitucional.

Para fazer o confronto entre
 a receita e a despesa ordinaria
 correspondente ao semestre de Ja-
 neiro a Junho. A receita escriptu-
 rada durante esse periodo foi de
 2.275.776.186 rs.; a despesa foi de
 2.226.816.082 rs.

Si considerarmos que a ave-
 cadação dos impostos consignados

na vigente lei do arcaamento não
abrange os meses de Janeiro e Fe-
vereiro, porque essa lei só entrou
em vigor no dia 1.º de Março, neces-
sando a de 3 de Janeiro, que deere-
tara renda muito inferior; si con-
siderarmos que a sua execução
não começou simultaneamente
em todas as regiões do Estado, devido
à dificuldade das communicações
postaes e telegraphicas, intercepta-
das de continuo pelas carreiras
dos grupos revoltosos; si reflectirmos
tambem que os novos impostos
não podiam ser arrecadados sem
as respectivas instruções, cuja
remessa foi retardada pelo mon-
tinho alludido; si ponderarmos
da que em diversos municipios
não se effectou nenhuma es-
trahça por estarem occupados

7

pelos bastos rebeldes e victimados
pelas suas violentas depredações;
se considerarmos, finalmente, que
em muitas collectorias foram arre-
batados por elles os saldos existen-
tes, concluiremos forçosamente
que a receita arrecadada em tão
curto periodo e em condições ex-
cepcionalissimas, excedeu as pre-
visões da lei, e reconheceremos
a solidez da estrutura econo-
mica do Rio grande do Sul, a equi-
librança das suas forças produ-
ctoras, a multiplicidade dos seus
opulentos recursos.

Acresce ainda que algumas
verbas do orçamento da receita fi-
caram agram do algarismo calcul-
ado em virtude de motivos occa-
sionaes. Estes complementos
neste caso principalmente a que se

referem ao imposto do sello, ao da
carrageja e ás custas e emolumentos
judiciaes. Quanto ao do sello, foi
ella muito prejudicada. pelo decreto
federal de 11 de Fevereiro de 1873,
contra o qual reclamarei insistentem-
mente ao ex. ministro da fazenda
da União e reclamarei perante o
Congresso Nacional, baseando-me
nos artigos 9 e 12 da Constituição
Federal. Quanto ao da carrageja,
difficuldades praticas retardaram
a sua abolição, que agora está
em activo andamento. Quanto
às custas e emolumentos judiciaes,
muito danos produziram, já pela
continua perturbação nos serviços
forenses, já por não ter sido possi-
vel expedir um novo regulamento
adaptado ao serviço do Estado.

Regrando-me ao orçamento da

8
Depois, posso assegurar-me que as suas
verbas, em excepção, estão em con-
dições satisfactorias, sendo provável
ou quasi certo que algumas apre-
sentem saldo no fim do exercício,
graças á severa economia que o
governo não cessa de recomen-
dar.

O desequilibrio orçamentario,
que não será pequeno, resultará das
enormes despesas extraordinarias
exigidas pela segurança publica, que
têm collocado o governo na contin-
gencia de abrir constantemente
creditos destinados a assegurar a
manutenção de numerosa força
armada.

Não cabe ao poder publico a res-
ponsabilidade de um facto lamenta-
vel. Recria elle exclusivamente
os seus meios brasileiros que, por

semos as suas illegitimas ambições,
não trepidaram em golpear profunda-
mente a felicidade e o futuro da
Terra natal.

Considerando que nas actuaes cir-
cunstancias é impossivel organizar
o orçamento da receita e despesa do
Estado em bases mais ou menos se-
guras; consider entendendo que as
anormalidades do presente, cujos effeitos
se prolongarão por naturalmente
por algum tempo, tornam fallazes
qualquer calculos orçamentarios.
penso ser preferivel, que adopteis para
o exercicio vindouro financeiro a
lei que rege o actual, feitas as con-
venientes modificações que o novo
criterio suggerir. Entre estas julgo
ser imprescindivel a supressão do
imposto relativo aos rendimentos, gra-
tificações e aposentadorias do fun-

caionalismo publico, por ser elle pomeo
 equitativo, principalmente a vista das
 difficuldades que tanto tem encara-
^oido a obsolescencia material. Essa
 imposto, calculado em 72:000:000 rs.,
 poderia ser substituido pelo incremento
 que ha de tomar a transmissao de
 propriedade, si justamente abolida
 a isencao consignada no artigo 5.^o
 da lei de 23 de Fevereiro do anno cor-
 rente, relativa aos bens registrados
 de accordo com a lei Fernand. e tra-
 ptorias sete alitre, que julgo muito
 conveniente, ou outro que entenderdes
 mais acertado.

A vista do exposto, cumprindo a
 prescripcao do n. 7 artigo 20 da Con-
 stituicao, apresento-me, como pro-
 posta do orçamento para o exer-
 cicio de 1874, a lei vigente com
 a alteracao mencionada.

Senhores Representantes: cõ' encu-
sado digno-los me attenderei prom-
ptamente a todas vossas requisi-
ções, ministrando-ros qualquer es-
clarecimento de que carecerdes.

Saudes e Fraternidade.

Palacio do Governo em Porto Ale-
gre 9 de Novembro de 1873.

Julio Castro de Castilhos